



## Epidemiologia da atividade física<sup>1</sup>

### *Epidemiology of physical activity*

Aguinaldo GONÇALVES<sup>2</sup>

As últimas décadas, como amplamente reconhecido, vêm registrando a coexistência, em termos de problema de saúde pública<sup>1</sup>, do destaque das doenças infectocontagiosas, paradigmas do atraso e da ignorância, e do avanço dos agravos crônico-degenerativos, ícones da modernidade da hipocinesia e competitividade<sup>2</sup>. Em decorrência, a atenção pela produção e consumo da informação referente à Atividade Física (AF) em sua relação com a saúde tem crescido acentuadamente, o que torna projetos e publicações na área segmentos editoriais cada vez maiores.

É neste contexto que acaba de ser lançado, pela Editora Atheneu, o texto dos jovens estudiosos Florindo & Hallal. Operosos e produtivos, reuniram, na referida obra, grupo de investigadores igualmente exordiais. Fazem-no na oportunidade em que assumem atuações destacadas como dirigentes da

Sociedade Brasileira de Atividade Física e Saúde, levando, assim, ao renascimento de expectativas de desenvolvimento futuro ainda mais amplo.

A partir de abundante bibliografia de origem anglo-saxônica, os autores procedem, coerentemente, do corte epistêmico com cabalidade no conhecimento descritivo da distribuição de frequência da AF em diferentes tempos, lugares e populações (capítulos de 4 a 7). Para tanto, elaboram breves revisões sobre os fundamentos epidemiológicos e pertinentes elementos históricos (capítulos 1 e 2). Também, em termos de noções básicas (capítulo 11), tem lugar a exploração de interfaces entre AF e algumas doenças crônicas (as cardiovasculares mais conhecidas, o diabetes tipo 2, a obesidade, a osteoporose, alguns tipos de câncer e a depressão).

Caminhando pelos outros núcleos de interesse dos autores, materializa-se com clareza o cuidado

<sup>1</sup> Florindo AA, Hallal PC. Epidemiologia da atividade física. São Paulo: Atheneu; 2011.

<sup>2</sup> Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Faculdade de Medicina. Av. John Boyd Dunlop, s/n., Prédio Administrativo, Jardim Ipaussurama, 13060-904, Campinas, SP, Brasil. E-mail: <aguinaldogon@uol.com.br>.

que cultivam pelos respectivos recursos instrumentais e metodológicos disponibilizados e aplicados. Nesse sentido, o capítulo 3 é todo dedicado à árdua tarefa da mensuração da AF, em seus poliformes aspectos, como validade e reprodutibilidade.

Curioso, no entanto, é notar que, apesar desse empenho, os considerandos finais, trazidos para os recortes tomados como objeto de alguns dos capítulos subsequentes, não são animadores no sentido da inclusão da AF na quotidianidade do repertório das pessoas, objetivo que se configuraria como áureo e cardinal, dado o pragmatismo profilático que encerra o encadeamento epidemiológico adotado. É o que se constata no capítulo 8, ao tratar do chamado *tracking* da AF, isto é, segundo a conceituação aportada pelo próprio livro, a manutenção desse comportamento ao longo do ciclo vital. Recorrendo a representações esquemáticas de modelos de delineamento para subsidiar o entendimento das alocações geratrizes, tem-se que “o efeito *tracking* da infância para a adolescência é fraco a moderado” (p.135), o que leva à reflexão quanto à real relevância das evidências colimadas.

Nessa direção, também aponta o capítulo 9, que se ocupa do conhecimento populacional sobre AF. Após delongadas recuperações, é formulada a apreensão de que “os resultados não são tão simples de se interpretar e até mesmo intervenções muito bem planejadas não chegaram a conclusões definitivas: a confecção de um instrumento “validado” pode nunca chegar a se tornar realidade” (p.143).

A singularidade da realidade brasileira conforma-se de maneira relativamente reducionista, não tomando em conta as contribuições de grupos acadêmicos pioneiros, cuja atuação permitiu a construção de conhecimentos basilares na área. Está indicada apenas a partir da AF na Atenção Básica (capítulo 10), não diferindo muito o significado de seus achados: “as prevalências de aconselhamento à prática da AF nas Unidades Básicas de Saúde mostram-se baixas tanto para o grupo de adultos como para a dos idosos, independente da região ou do modelo de assistência”. Quanto ao relato de situações de intervenção (capítulo 12), são destacadas ex-

periências em cidades como Recife (PE), Aracaju (SE) e Curitiba (PR), com a descrição de que “as atividades realizadas são basicamente calistênicas, semelhantes a uma aula de academia; o público-alvo são os adultos, de ambos os sexos, embora haja uma grande predominância de mulheres e cada aula contabiliza, em média, vinte pessoas” (p.191). Chama a atenção o relatado em relação a Sorocaba (SP), por aí se reunirem estratégias de AF fulcradas no incentivo ao uso da bicicleta, tanto no deslocamento ao trabalho como ao lazer; são citados como promotores setores do governo local e diversos órgãos da cidade, sem menção explícita ao capital privado. Muito justamente é relevada a preocupação quanto a avaliações de tais empreendimentos por juízes neutros, de sorte a se poder aferir e conhecer respectivas eficiência, eficácia e efetividade, inclusive como eventual efeito de demonstração para novas adesões.

Diante das constatações fornecidas e aqui reproduzidas, insinua-se, então, a questão: as reiteradamente citadas dificuldades das realidades epidemiológicas não estão associadas exatamente aos extremos rigores que a assumida perspectiva quantitativa tem que exigir? Vale dizer, fica o registro de que se aproprie ampliação do entendimento através da adoção de diferentes abordagens e outros segmentos temáticos. Nesse sentido, já é auspiciosa a notícia de que a Revista Brasileira da área decidiu-se pela aposição, em suas páginas, de produções clivadas por demais dimensões também identitárias, cada vez com maior profundidade. Destacam-se aí as que envolvem conformações éticas (como a culpabilização da vítima e os determinantes sociais)<sup>3</sup>, e as referentes a políticas públicas setoriais, como controle social, universalidade e acesso pleno e cidadão<sup>4</sup>.

O segmento final do livro, de sua parte, corresponde ao que é chamado de um olhar para o futuro (capítulo 13), que enfatiza cinco conjuntos de fatos relativos à AF, quais sejam: a) os níveis populacionais; b) os fatores associados; c) as consequências e desafios; d) as intervenções; e e) os planos nacionais e internacionais.

Do ponto de vista formal, algumas peculiaridades chamam a atenção no texto em foco, como o conceito de Índice de Massa Corporal - posto equivocadamente como "a divisão da massa corporal (em quilogramas) pela estatura (em centímetros)" (p.5) -, a menção ao congresso internacional de atividade física e saúde pública (p.34) e o fato de pesquisadores e estudantes estarem familiarizados com os conceitos básicos (p.38).

Pelo aqui explicitado e seu contorno, revela-se que, para além das especificidades, a grande contribuição que o livro nos traz consiste em, pela sua presença, reforçar a inserção da AF na pauta de discussões e na agenda de gestões da saúde coletiva na contemporaneidade, em nosso meio.

## REFERÊNCIAS

1. Gonçalves A. Problema de saúde pública: caracterizando e avaliando aplicações. *Rev Bras Epidemiol.* 2006; 9(2):253-5.
2. Gonçalves A. A epidemiologia dá conta de entender o "atraso" ou decorre dele? *Rev Bras Ciênc Esp.* 1992; 13(3):365.
3. Vicentin AP, Léo CCC, Marteli-Nicolai C, Gonçalves A. Atividade física e saúde no discurso do sujeito coletivo: revelações no complexo São Marcos, Campinas, SP. *Rev Bras Ciênc Saúde.* 2010; 8(24):44-52.
4. Vicentin AP, Gonçalves A. Saúde coletiva e atividade física: as políticas públicas respondem e incorporam as realidades setoriais? *Conexões.* 2009; 7(2):24-37.

Recebido em: 11/10/2012  
Versão final em: 12/3/2013  
Aprovado em: 9/4/2013

